



?ENRAIZAMENTO? DA LEI FEDERAL Nº 10.639/2003 EM CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS ? UNIMONTES.

Autor(es): Wagner Alves Pinto, Monica Amorim

Objetivo geral: Analisar a aplicação da Lei Nº 10.639/2003 em cursos de Licenciatura da Unimontes, ou seja, analisar o ?enraizamento? dessa norma na formação inicial de professores. Parte-se do conceito de ?enraizamento? proposto por Gomes (2012) que diz respeito ao trabalho desenvolvido pela escola contemplar a perspectiva da Lei n.º 10.639/03 e suas Diretrizes Curriculares no que se refere à inclusão da educação das relações étnico-raciais como componente da proposta pedagógica da instituição escolar. Nos termos desta pesquisa, pretende-se verificar o enraizamento da citada legislação no âmbito da Universidade, nos projetos pedagógicos dos cursos regulares de Artes, História e Letras da Unimontes. **Metodologia:** A metodologia do presente estudo é de cunho qualitativo e descritivo, tendo como procedimentos de coleta a pesquisa bibliográfica e documental e a realização de entrevistas com os coordenadores dos cursos selecionados. **Resultados:** A pesquisa ainda encontra-se em andamento. O estudo bibliográfico realizado indica que a Lei 10639 consiste em legislação federal que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras, devendo esse ensino abarcar todo o currículo escolar, mormente as áreas de Educação Artística, Literatura e História. Trata-se de legislação de extrema importância que destina-se a combater o racismo e valorizar a diversidade e as contribuições positivas que o povo negro trouxe para a construção da nação brasileira. As Diretrizes Curriculares que orientam a implementação da citada Lei indicam que a educação étnico-racial deve ser componente dos currículos das Licenciaturas. Após 10 anos de publicação da Lei 10639 e apesar das orientações das suas Diretrizes a temática racial ainda se mantém ausente nos cursos de formação inicial e continuada de docentes (GOMES, 2008). Gomes (2008, p.6) avalia que a universidade ?têm sido um dos espaços mais resistentes? no que tange à aplicação da Lei 10639 nos cursos de Licenciatura e nos bacharelados e considera lamentável essa resistência (GOMES, 2008, p.6). **Conclusão:** O estudo revela que são ainda incipientes as pesquisas sobre a aplicação da Lei no ensino superior, o que demonstra a relevância de investigações que possam mapear a realidade e contribuir com a reflexão acerca do ?enraizamento? dessa legislação nos cursos de Licenciatura.